



SENADO FEDERAL

MENSAGEM Nº 209, DE 2005 (Nº 528/2005, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição e com o disposto no § 1º do art. 56 do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, bem como no art. 39, § 1º, do Anexo I ao Decreto nº 5.032, de 5 de abril de 2004, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha que desejo fazer do Senhor Fausto Martha Godoy, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Islâmica do Paquistão, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Afeganistão.

Os méritos do Embaixador Fausto Martha Godoy que me induziram a escolhê-lo para o desempenho

dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 9 de agosto de 2005 – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

EM Nº 256/DP/G – MRE – APES

Brasília, 4 de agosto de 2005

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal e com o disposto no art. 56, § 1º, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 5.032, de 5 de abril de 2004, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação do Senhor FAUSTO MARTHA GODOY,

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE FAUSTO MARTHA GODOY

RG.: 3066424/SSP-SP

CPF.: 012.552.668-72

- 1945 Filho de Rosenwald Capella Godoy e Sarah de Almeida Martha Godoy, nasce em 28 de junho, em Bauru/SP
- 1968 Bacharel em Direito, pela Faculdade de Direito da Instituição Toledo de Ensino, Bauru/SP
- 1971 Curso de Doutorado em Direito Internacional Público pela Universidade de Paris
- 1976 Terceiro Secretário, por concurso direto de admissão à carreira diplomática
- 1976 Divisão da Associação Latino-Americana de Livre Comércio, Assistente
- 1976 Divisão da Organização dos Estados Americanos, Assistente
- 1978 Embaixada em Bruxelas, Terceiro e Segundo Secretário
- 1978 Segundo Secretário, antigüidade
- 1980 Embaixada em Buenos Aires, Segundo-Secretário
- 1982 Ordre de la Couronne, Bélgica, Cavaleiro
- 1984 Embaixada em Nova Delhi, Segundo e Primeiro Secretário
- 1985 Primeiro Secretário, por merecimento
- 1986 Departamento do Pessoal, Assessor
- 1987 Divisão do Comércio Internacional, Assistente
- 1987 VIII Reunião de Consulta do Arranjo Siderúrgico Brasil-EUA, Chefe da delegação
- 1987 IX Reunião de Consulta do Arranjo Siderúrgico Brasil-EUA, Chefe da Delegação
- 1988 Subsecretaria de Assuntos Econômicos e Comerciais, Assessor
- 1990 Gabinete da Ministra da Economia, Fazenda e Planejamento, Assessor
- 1991 Divisão de Difusão Cultural, Chefe, substituto
- 1991 Conselheiro, por merecimento
- 1992 Embaixada em Washington, Conselheiro
- 1994 Embaixada em Pequim, Conselheiro
- 1996 Divisão da Ásia e Oceania I, Chefe
- 1998 XXXV CAE/IRBr - "China e Formosa: Cenários para a Diplomacia Brasileira"
- 1998 Ministro de Segunda-Classe, por merecimento
- 1999 Secretaria-Geral, Coordenador do Itinerário Internacional da Mostra do Redescobrimento
- 2001 Embaixada em Tóquio, Ministro-Conselheiro
- 2002 Conferência sobre a Reconstrução do Afeganistão, Chefe da Delegação
- 2004 Embaixada em Islamabad, Embaixador

Claudia D'Angelo
CLAUDIA D'ANGELO

Diretora do Departamento do Serviço Exterior

AFEGANISTÃO – FICHA DE REFERÊNCIA

I – DADOS BÁSICOS

Chefe de Estado e de Governo: Presidente Hamid Karzai
 Ministro dos Negócios Estrangeiros: Dr. Abdullah Abdullah
 População: 27,6 milhões (2002) (*)
 PIB: US\$ 4,6 bilhões (2003) (*)
 Renda per capita: US\$ 167 (2003) (*)
 Crescimento do PIB : 10,1% (2005/est.) (**)

(*) Fonte: Banco Mundial

(**) Fonte: Fundo Monetário Internacional



II - RELACIONAMENTO BILATERAL

O Brasil e o Afeganistão estabeleceram relações diplomáticas em 1952. Após 1979, o Brasil não reconheceu o regime instalado por força da intervenção soviética. Em 1989, depois da saída das forças soviéticas do Afeganistão, o Governo brasileiro passou a ser mais receptivo em relação ao Governo do Presidente Najibullah e concordou, em 1992, em receber o Embaixador afegão em Brasília, iniciativa que não prosperou.

Em 1996, com a chegada ao poder do talibã, as relações entre o Brasil e o Afeganistão foram “suspensas”, havendo o Brasil preferido, como a quase totalidade dos membros da ONU, manter o reconhecimento do Governo de Rabbani como o representante legítimo do Afeganistão. Após a constituição, no final de 2001, da Autoridade Interina no Afeganistão, o Brasil passou a examinar a possibilidade de reconhecer oficialmente aquela Autoridade e retomar as relações diplomáticas, decisão tomada em maio de 2004. O novo Embaixador do Afeganistão no Brasil, Sr. Said Tayeb (Embaixador junto ao Governo norte-americano) apresentou credenciais ao Governo brasileiro em setembro de 2004. O Embaixador do Brasil em Islamabad recebeu agrément como representante diplomático brasileiro junto ao Governo afegão.

O intercâmbio comercial bilateral é muito limitado. Atingiu um máximo de 1,5 milhão de dólares norte americanos em 2001, mas declinou desde então. Mas cumpre registrar que, a partir de 2003, as exportações brasileiras, até então inexpressivas, ganharam maior dinamismo. Em 2005, as exportações brasileiras para o Afeganistão têm sido principalmente de produtos alimentícios: carne de aves (frangos, perus) congelada; bombons, caramelos, confeitos(sem cacau); sucos de frutas (laranja, maçã) e de produtos hortícolas; e, outros preparados alimentícios (com cacau). No mesmo ano, os poucos produtos importados pelo Brasil daquele país têm sido: instrumentos musicais de sopro(“metais”); tubos refratários de grafite, pura ou combinada; tachas, pregos, parafusos, etc.; outros produtos de laminados de metais; e, desperdícios de cortiça, cortiça triturada, etc..

Intercâmbio Comercial Brasil – Afeganistão (US\$ mil)

	Exportações brasileiras	Importações brasileiras	Total do intercâmbio	Saldo
2000	8,6	1120,6	1129,2	-1112,0
2001	16,6	1489,6	1506,2	-1473,0
2002	1,8	934,4	936,2	-932,6
2003	336,7	216,4	553,1	120,3
2004	172,0	312,7	484,7	-140,7
2005(*)	254,0	65,6	319,6	+188,3

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
 (*)janeiro/junho

III – AFGANISTÃO-POLÍTICA INTERNA

O Afeganistão se encontrou sob influência da antiga União Soviética, pólo de poder durante o período da Guerra Fria, até 1992, quando o governo comunista em Cabul foi derrubado por uma coalizão de forças afgãs.

No final dos anos 90, uma das facções, o grupo islâmico conservador conhecido como talibã, tomou o poder em grande parte do território afgão, incluindo a capital. Nesse período, o país serviu de base de operações à organização de extremistas islâmicos conhecida como al-Qaeda e ao seu líder de maior visibilidade, Osama bin Laden. Grande parte da atividade desse grupo, bem como da renda da população afgão, era proveniente do cultivo e venda do ópio.

Após os atentados de 11 de setembro de 2001, logrou-se a formação de uma coalizão internacional contra o Talibã, liderada pelos Estados Unidos e aprovada pelo Conselho de Segurança. Unidas à Aliança do Norte, grupo afgão de resistência ao domínio talibã, tropas norte-americanas invadiram o Afeganistão e derrubaram o governo. Teve início a reconstrução política do país, nos termos dos seguintes instrumentos: a) Acordo de Bonn (dezembro de 2001), que determinou a constituição de uma Autoridade Interina no Afeganistão, composta de uma administração interina, sob a liderança de Hamid Karzai; uma corte suprema e uma comissão encarregada de convocar uma Loya Jirga (“ Grande Conselho Tribal ”) emergencial; b) Resolução 1383(2002) do CSNU, que endossa o Acordo de Bonn; e, c)Conferência de Tóquio sobre a Reconstrução do Afeganistão(janeiro

de 2002) na qual vários países se comprometeram a dar apoio financeiro à reconstrução afegã.

Após a formação da Grande Assembléia (Loya Jirga) em 2002, Karzai foi eleito, por via indireta, presidente do Estado Islâmico de Transição do Afeganistão.

Em 4 janeiro de 2004, o país avançou no sentido da democratização com a promulgação de sua constituição, que definiu as características mais importantes que norteiam a reorganização do Estado afegão: um poder executivo forte, moderação quanto ao papel do islamismo e o respeito aos direitos humanos.

Karzai foi confirmado na Presidência do país mediante o voto direto, em eleições realizadas em 9 de outubro de 2004 com o apoio da ONU. O processo eleitoral deverá ser completado com a realização de eleições parlamentares, previstas para setembro de 2005.

No seu discurso de vitória, após a eleição de outubro de 2004, o Presidente Karzai afirmou que as prioridades de seu governo serão submeter as províncias, muitas das quais sob o jugo dos senhores locais ("warlords"), às regras da convivência nacional e eliminar as milícias privadas, algumas remanescentes do período talibã.

Nesse sentido, o gabinete ministerial nomeado pelo Presidente Karzai excluiu os dois mais recalcitrantes membros do Governo interino, os ex-Ministros da Defesa, Mohammed Qasim Fahim, e da Educação, Yunus Qanooni.

O mandatário afegão selecionou um grupo de tecnocratas altamente qualificados, em atendimento, aliás, aos preceitos da nova Constituição do país. Num esforço de conciliação com os líderes tribais, Karzai buscou o equilíbrio comunitário e integrou alguns ex-mujahideens da resistência anti-soviética, como Ismail Kahn, que se ocupará da pasta de energia e hidreletricidade. A sua indicação teve por objetivo contra-arrestar as críticas de que os mujahideens - ou seja, a liderança histórica - estariam sendo afastados do poder para ceder espaço a tecnocratas apolíticos monitorados pelas forças ocidentais (leia-se Estados Unidos).

Perseguindo, ainda, o mesmo viés da pacificação nacional, o novo mandatário manteve personalidades do gabinete anterior que defenderam outras candidaturas nas eleições de outubro passado, como o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Abdullah Abdullah, líder da facção Panjsheri da etnia tajique. Agregou uma mulher, a igualmente candidata às eleições presidenciais Masooda Jalal, indicada para Ministra dos Assuntos das Mulheres.

Está previstas para setembro de 2005 a eleição do novo parlamento. Mais complexa, ainda, é a questão desse pleito: como os legisladores serão votados muito mais em função das alianças familiares e tribais, o grande teste para Karzai será a sua capacidade de armar - e desarmar - alianças que lhe criem condições de minimamente governar e adiantar uma "agenda modernizante" no contexto de uma população ainda em grande parte feudal. Conforme ele mesmo já mencionou, a principal dificuldade de comandar o Afeganistão não serão os talibãs, mas sim os "warlords" que têm dominado a vida política do país há séculos e que certamente se recusarão a ceder, ainda que apenas em parte, sua autonomia ao Centro. Caberá à Assembléia Nacional, a ser eleita, a última palavra sobre o Ministério escolhido pelo Presidente Karzai.

IV- POLÍTICA EXTERNA

No período decorrido desde a derrubada do regime talibã, a tarefa mais urgente e vital da nova liderança tem sido a de proceder à reconstrução do país, com o indispensável amparo financeiro e econômico da comunidade internacional. Com esse objetivo e também para consolidar esse perfil de liderança, Karzai tem desenvolvido intensa atividade diplomática, buscando contatos diretos com representantes dos Governos de terceiros países, seja ao recebê-los em Cabul, seja por visitá-los em suas capitais, ou pelo envio de delegações governamentais.

Assim, Karzai, já em princípios de 2002, visitou a Arábia Saudita, o Japão, os Emirados Árabes Unidos, o Paquistão, o Tadjiquistão, os Estados Unidos e o Irã. Em junho de 2003, Karzai efetuou nova visita oficial de três dias a Teerã, à frente de importante delegação. Na oportunidade foram assinados dois acordos trilaterais (Irã, Afeganistão e Uzbequistão e Irã, Afeganistão, Tadjiquistão) para a construção de conexão rodoviária ligando o Irã à Ásia Central via Afeganistão. Após sua confirmação na Presidência, Karzai voltou a Teerã, em janeiro de 2005, quando participou da inauguração de projetos de infraestrutura na região fronteiriça, bem como da linha de transmissão de energia que, a partir do Irã, irá alimentar as cidades principais do oeste do Afeganistão.

Com o intuito diminuir a influência de grupos radicais com atividades transnacionais, o Governo Karzai tem promovido uma política de boa vizinhança, principalmente com o Irã e o Paquistão. Com Islamabad, o Governo afgão tem dialogado no sentido de superar ressentimentos deixados pelo apoio paquistanês ao regime do Taliban e estabelecer clima político auspicioso ao desenvolvimento das relações bilaterais, em áreas de interesse comum como o combate ao terrorismo transfronteiriço e o incremento do comércio bilateral. Foi importante para Kabul, nesse contexto, obter o apoio do Governo paquistanês para que os afegãos residentes no país pudessem votar nas eleições presidenciais, devendo fazê-lo também nas eleições parlamentares.

Com os Estados Unidos o Afeganistão estabeleceu uma parceria estratégica. Em maio de 2005, durante visita do Presidente Karzai a Washington, foi assinada pelos mandatários dos dois países a “Declaração Conjunta sobre a Parceria Estratégica EUA-Afganistão”. Esse documento cria “um intercâmbio regular de alto-nível nas esferas políticas, econômica e de segurança...” e prevê consultas sempre que o Afeganistão julgue estarem sua integridade territorial, independência ou segurança em risco”. O documento autoriza igualmente as forças norte-americanas a terem acesso às facilidades militares no Afeganistão e assegura sua permanência na Base Aérea de Bagran”.

O acordo estratégico com Washington acirra preocupações no plano doméstico e também nos países vizinhos do Afeganistão- especialmente, China e Russia - quanto à duração da presença militar dos Estados Unidos, bem como de seus aliados, na região. Assim é que, na Reunião de Cúpula realizada em 05 de julho de 2005, os países-membros do Forum de Cooperação de Xangai – fundada em 2001, reunindo China, Rússia, Cazaquistão, Quirgistão, Tadjiquistão e Uzbequistão – fizeram constar do documento final da reunião um apelo aos Estados Unidos e seus aliados para que definissem cronograma para a retirada de suas tropas presentes em diversos países da Ásia Central – pedido prontamente rejeitado por Washington.

É senso comum que o futuro e a estabilidade do Afeganistão dependem muito da maneira - e da velocidade - pela qual se processará o processo de reconstrução econômica e social do país, com o consequente abandono da cultura armamentista e do tráfico de drogas e a obtenção da paz social. Para tanto, a comunidade internacional já se comprometeu em conceder US\$ 4,5 bilhões em prazo de cinco anos, orientados, porém, para ações humanitárias urgentes e operações das ONGs que atuam no país. Os especialistas assinalam, entretanto, que para que o Afeganistão possa alcançar um mínimo de governança e de estabilidade seriam necessários, na realidade, entre US\$ 15 e US\$ 20 bilhões, montante que nem os países doadores nem as instituições de ajuda internacionais estarão, em última instância, comprometidos em aportar.

Aviso nº 826 – C. Civil.

Em 9 de agosto de 2005.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Efraim Moraes
Primeiro Secretário do Senado Federal
Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,
Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual
o Excentíssimo Senhor Presidente da República sub-

mete à consideração dessa Casa o nome do Senhor Fausto Martha Godoy, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Islâmica do Paquistão, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Afeganistão.

Atenciosamente, – **Dilma Rousseff**, Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

*(A Comissão de Relações Exteriores e
Defesa Nacional)*

Publicado no **Diário do Senado Federal** de 17 - 08 - 2005